



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 183/2019

PROCESSO LICITATÓRIO: 565104/2019

PREGÃO ELETRÔNICO: 093/2019

REQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – RRP: 17/2019

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2019,
QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE
VITÓRIA – PMV E A EMPRESA CESCOPEL
ATACADO DISTRIBUIDOR LTDA EPP.**

As partes abaixo identificadas e devidamente representadas ajustam formalizar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, observadas as disposições da legislação vigente, em especial a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei Municipal n.º 8.753/14, Decreto Municipal n.º 16.379/15, e ainda de acordo com o Edital da Licitação realizada na modalidade **Pregão Eletrônico n.º 93/2019**, bem como o resultado da classificação das propostas apresentadas, que constituem partes integrantes deste instrumento independente de transcrição, mediante as cláusulas e condições que se seguem.

De um lado o **MUNICÍPIO DE VITÓRIA**, por intermédio da **SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.142.058/0005-50, com sede à Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, n.º 1927, 2º andar, bloco "B", Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP 29.050-945, neste ato representada por seu Ordenador(a) de Despesas, abaixo subscrito, e Presidente da Comissão de Registro de Preços – SEGES, Cristina Costa Ganen Berbet, adiante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

De outro lado, a empresa **CESCOPEL ATACADO DISTRIBUIDOR LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.015.883/0001-55, estabelecida no endereço Rod BR 101, km 265,96 Norte, s/nº - Planalto de Carapina, Serra/ES, CEP: 29.162-702, Telefone/Fax: (27) 2104-2141, E-mail: licitacao@cescopel.com.br, representada por seu sócio/procurador, Sra. Irislaine Cesconetto, portador(a) do RG n.º 2.153-883/ES e inscrita no CPF sob n.º 118.126.847-89, adiante denominada **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta ATA, o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE LÁPIS (GRAFITE 2B)**, conforme especificações e quantidades detalhadas no subitem 3.2.

1.2. O **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** ficará obrigado a atender a todos os pedidos efetuados pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, respeitados os quantitativos registrados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Integram a presente Ata de Registro de Preços, na qualidade de Órgãos Participantes:

2.1.1. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ sob o nº 27.142.058/0009-83, com sede à Rua Doutor Arlindo Sodré, nº 485, Itararé, Vitória/ES, CEP: 29.047-500;

2.1.2. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 15.279.770/0001-92, com sede à Av. Maruípe, nº 2544, Itararé, Vitória/ES, CEP: 29.047-495;

2.1.3. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 27.142.058/0010-17, com sede à Avenida Maruípe, nº 2544, Itararé, Vitória/ES, CEP: 29.047-495;

2.1.4. SECRETARIA DE FAZENDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.142.058/0007-11, com sede à Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1927, Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP: 29.050-945;

2.1.5. SECRETARIA DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E INFRA-ESTRUTURA URBANA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.142.058/0017-93, com sede à Rua Vitorio Nunes da Motta, nº 220, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP: 29.050-915.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor global desta ATA é de **R\$ 121.560,00** (cento e vinte e um mil, quinhentos e sessenta reais).

3.2. Os valores unitários dos itens registrados são os constantes da tabela abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR GLOBAL R\$
01	2.16.16.0387-0	LAPIS, Tipo: Grafite 2B, Cor da Grafite: Preto, Dureza da Grafite: 2B, Formato: Cilíndrico ou Sextavado, Diâmetro do Lápis [+/- 0,5mm]: 7 MM, Comprimento do Lápis [+/- 5mm]: 175 mm, Tinta e Verniz: Não Tóxicos, Complemento: MATÉRIA PRIMA: Confeccionado em madeira reflorestada, isenta de nós, com rígida fixação do grafite de maneira a não permitir seu descolamento ou quebra durante o apontamento, o qual deverá formar cavaco contínuo e uniforme. Deverá ser recoberto com tinta e verniz atóxicos ou ainda recoberto com resina plástica e corante, não laváveis. Deverão, ainda, possuir inscrição legível e indelével no corpo do lápis contendo nome ou marca do fabricante, bem como identificação do número ou dureza da grafite. A barra interna de grafite deverá possuir resistência adequada, constituição uniforme e sem impurezas. EMBALAGEM: O produto deverá ser acondicionado em caixas de papelão, contendo até 01 [uma] grossa [12 dúzias], onde deverá constar: quantidade e demais informações exigidas na legislação em vigor. APRESENTAÇÃO: Reacondicionados em caixas de papelão com até 50 caixas de 01 [uma] grossa.	Multicolor	UN	506.500	0,24	121.560,00
VALOR TOTAL DA ATA							

[Handwritten signatures and initials]



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

3.3. O(s) preço(s) registrado(s) corresponde(m) ao valor por item constante(s) da(s) proposta(s) de preços apresentada(s) no Pregão Eletrônico nº 093/2019, que faz parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

3.4. O(s) preço(s) do(s) item(ns) é(são) fixo(s) e irredutível(is), inclusos todos os custos e despesas de transporte, seguros, impostos e taxas de qualquer natureza sendo, porém, facultado a revisão do(s) mesmo(s) desde que verificada e comprovada alterações no mercado, e na forma estabelecida no Decreto Municipal n.º 16.397/15.

3.5. Nas hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d” da lei n.º 8.666/93, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro do instrumento contratual, mediante processo fundamentado e aceito pela Administração, conforme especificado na cláusula sexta deste Instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

4.1. Esta Ata de Registro de Preços, cuja minuta foi aprovada pela Controladoria Geral e Procuradoria Geral do Município, bem como os preços nela registrados terão vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir do dia posterior ao da publicação no veículo de imprensa oficial do Município de Vitória.

4.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

4.1.1.1. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, quando o preço decorrente de procedimento de licitação específico for igual ou superior ao registrado.

4.2. Quando houver contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços, estes terão sua vigência conforme as disposições contidas no Edital da licitação, obedecendo ao disposto no art. 57 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

5.1. O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será de responsabilidade da SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO, que exercerá suas atribuições por intermédio da Subsecretaria de Gestão Administrativa e equipe que compõe o ÓRGÃO GERENCIADOR – SEGES, designados pela autoridade competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

5.2. A execução dos atos decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão acompanhadas e fiscalizadas por representante(s) da Administração denominado(s) GESTOR(ES) DA ATA/FISCAL(IS) DE CONTRATO:

I. NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SEME): Paulo Roberto Uliana. Telefone: (27) 3135-1014;

II. NO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VITÓRIA (FMAS) e NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMAS): Paula Borgo de Castro. Telefone: (27) 3382-6137/3314-7372;

III. NA SECRETARIA DE FAZENDA (SEMFA): Rodrigo Coutinho Zorzal. Telefone: (27) 3382-6352;

IV. NA SECRETARIA DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E INFRAESTRUTURA URBANA (SETRAN): Josiane de Almeida Silva. Telefone: (27) 3382-6446.

5.3. A fiscalização da entrega será realizada pelo(s) servidor(es) acima, ou por outro servidor assim designado nos termos do Art. 67, da Lei. n.º 8.666/93, que deverá atestar o recebimento dos materiais.

5.4. A fiscalização da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato não exclui a responsabilidade da empresa, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DA ATA E REVISÃO DE PREÇOS

6.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do Art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

6.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.3. Os fornecedores que não aceitam reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

II. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORNECIMENTO

7.1. Comprovada a vantagem, e segundo as conveniências da administração, os órgãos e unidades da administração direta do município sob o controle do ÓRGÃO GERENCIADOR, poderão solicitar o fornecimento dos produtos integrantes desta Ata de Registro de Preços.

7.2. Caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante solicitação por escrito do órgão e/ou unidade interessada em adquirir o(s) produtos(s) com preços registrados nesta Ata de Registro de Preços, a indicação do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR beneficiário do registro.

7.3. Comprovada a necessidade pelos órgãos participantes e/ou unidade da administração, o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá ser previamente consultado, através de Ofício ou outro meio de comunicação eficaz, acerca da possibilidade de fornecimento, devendo o mesmo se manifestar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

7.4. Havendo a concordância do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, será emitida a Autorização de Fornecimento (AF) e/ou Nota de Empenho.

7.5. Não ocorrendo manifestação do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, presumir-se-ão aceitas as condições e compromisso de fornecimento, devendo ser emitida a respectiva Autorização de Fornecimento (AF) e/ou nota de empenho, sendo que, o descumprimento acarretará na aplicação das sanções previstas neste instrumento.

7.6. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, porém, imediata e integral a cada solicitação de produto e/ou material por Autorização de Fornecimento (AF) e/ou nota de empenho, nos prazos estabelecidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃOS PARTICIPANTES ou unidades requisitantes.

7.7. Os produtos/materiais deverão ser entregues em suas embalagens originais, contendo marca, fabricante, quantidade, informações de segurança, prazo de validade, tudo de acordo com a legislação em vigor, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

7.8. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, quando da ocorrência do fornecimento deverá garantir a qualidade dos produtos e/ou materiais, devendo ainda, quando solicitado, substituir prontamente o produto que porventura não atenda aos requisitos firmados, sob pena das sanções cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

CLÁUSULA OITAVA - DOS LOCAIS, PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

8.1. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, porém, imediata e integral a cada solicitação de produto e/ou material por Autorização de Fornecimento – AF e/ou nota de empenho, nos prazos estabelecidos pelo(s) ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) ou unidade(s) requisitante(s).

8.2. Os produtos/materiais, quando solicitados deverão ser entregues nos endereços estabelecidos na Autorização de Fornecimento (AF) emitida, podendo, ocorrer nos seguintes endereços:

I. PARA ENTREGA DOS PRODUTOS DESTINADOS À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: Almoxarifado Central – Rua Marins Alvarino, s/nº, Itararé, Vitória/ES, CEP 29.047-660. Telefone: (27) 3135-1060/1057;

II. PARA ENTREGA DOS PRODUTOS DESTINADOS AO FUNDO E À SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Avenida Maruípe, nº 2544, Itararé, Vitória/ES. CEP 29.047-495. Telefone: (27) 3382-6137/3314-4372;

III. PARA ENTREGA DOS PRODUTOS DESTINADOS À SECRETARIA DE FAZENDA: Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1927, 2º piso, Bloco B, Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP: 29.050-945. Telefone: (27) 3382-6278/6352;

IV. PARA ENTREGA DOS PRODUTOS DESTINADOS À SECRETARIA DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E INFRAESTRUTURA URBANA: Rua Vitório Nunes da Motta, nº 220, Prédio CIAC, 5º andar, sala 503, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP: 29.050-915. Telefone: (27) 3382-6446/6472.

8.3. O horário de recebimento dos materiais será de 09:00h às 17:00h para as entregas na Secretaria de Educação e de 12:00h às 18:00h para as demais secretarias, podendo ser alterado pelo Requisitante, quando houver necessidade.

8.4. Os locais de entrega poderão sofrer alterações, de acordo com a necessidade do Município.

8.5. O prazo de entrega do material será de até 30 (trinta) dias consecutivos após o recebimento, pelo fornecedor, da Autorização de Fornecimento (AF), de acordo com as condições de entrega definidas.

8.6. O fornecimento deverá acompanhar cópia da Autorização de Fornecimento (AF) ou a Nota Fiscal deverá ser consignada os dados principais do processo de aquisição (nº Processo, nº AF) a fim de facilitar o recebimento do objeto e agilizar o processo de pagamento.

8.7. O fornecedor deverá atentar para o cumprimento do prazo, sob pena de aplicação de penalidade em caso de atraso injustificado.

8.8. O FORNECEDOR deverá garantir a qualidade do objeto, devendo, ainda, quando solicitado, substituir prontamente o que porventura não atenda aos requisitos contratados, sob pena das sanções cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

8.9. Os produtos e/ou materiais deverão ser entregues em suas embalagens originais, contendo marca, fabricante, e demais informações de acordo com a legislação em vigor, de forma a permitir completa identificação e segurança durante o transporte.

8.10. Quando da entrega do produto, o mesmo deverá apresentar prazo de validade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da validade definida pelo fabricante.

8.11. As embalagens deverão estar devidamente lacradas no ato de cada entrega. Caso haja qualquer dano ao lacre, as mesmas deverão ser recolhidas pelo fornecedor imediatamente após entrega.

8.12. Conforme artigo 32 da Lei nº 12.305/2010, as embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem, devendo-se assegurar que sejam restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto e projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contêm, ou recicladas, se a reutilização não for possível.

8.13. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.13.1. O recebimento do(s) material(is) será(ão) realizado(s) com base nos Arts. 69, 73 e 76 da Lei 8.666/93 e obedecerá ao seguinte:

I. PROVISORIAMENTE, no ato da entrega, pelo setor de almoxarifado da unidade requisitante ou pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;

II. DEFINITIVAMENTE, após a verificação de qualidade e quantidade e consequente aceitação pela unidade requisitante.

8.13.2. A aceitação do objeto será condicionada à conferência, exame qualitativo, quantitativo e aceitação final obrigando o licitante vencedor a reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem defeitos ou incorreções.

8.13.3. A eventual reprovação dos produtos/materiais, em qualquer fase da sua entrega, não implicará em alteração nos prazos, nem eximirá o(s) compromissário(s) fornecedor(es) das aplicações das sanções pertinentes.

8.13.4. O objeto desta licitação deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, com garantia contra defeitos de fabricação, sem custos adicionais de frete.

8.13.5. O fornecedor fará constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais em conformidade com o constante da correspondente nota de empenho ou contrato, atentando para as inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos.

8.13.6. A Prefeitura de Vitória não se responsabilizará pela guarda, armazenamento e danos causados aos bens rejeitados, sendo que os custos de sua substituição correrão exclusivamente a expensas do fornecedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

CLAUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas para suportar a(s) eventual(is) aquisição dos materiais/serviços com preços registrados nesta Ata de Registro de Preços correrão à conta da dotação orçamentária e fonte de recursos vigentes e devidamente consignados na ocasião da efetiva necessidade do fornecimento e instrução do processo respectivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. Caso ocorra o fornecimento, o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) devidamente atestada(s) pelo(s) Órgão(s) ou unidade(s) requisitante(s) do Município de Vitória.

10.2. Na emissão da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá descrever os produtos, com o nome específico de cada um, bem como o número do Processo, número do contrato (quando houver), da ordem de fornecimento e o quantitativo dos produtos efetivamente entregues.

10.2.1 A(S) NOTA(S) FISCAL(IS)/FATURA(S) DEVERÁ(ÃO) SER EMITIDA(S) COM A RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO DO ÓRGÃO REQUISITANTE, CONSTANTES NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/ORDEN DE SERVIÇO.

10.3. Ocorrendo erro na(s) Nota(s) Fiscal(is) de Fornecimento(s)/Fatura(s) apresentadas, estas serão devolvidas ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado à partir da data da apresentação destas, devidamente corrigidas, ou de nova(s) Nota(s) Fiscal(is)/ Fatura(s), que substituirá(ão) aquela(s).

10.4. Os ÓRGÃOS GERENCIADOR e/ou PARTICIPANTES poderá(ão) deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR em decorrência de inadimplemento deste contrato.

10.5. Os pagamentos poderão ser sustados pela Contratante nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de alguma forma, prejudicar a Contratante;
- b) Inadimplência de obrigações assumidas pela Contratada para com o Município de Vitória, por conta do estabelecido neste Edital;
- c) Erros ou vícios na(s) Nota(s) Fiscal(is) de Serviço/Fatura(s).

10.6. Os pagamentos serão efetuados conforme disposto no item 10.1 desta Cláusula, e ficam condicionados à apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta), expedida pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa, devidamente válida;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, devidamente válida;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município de Vitória, devidamente válida;
- e) Prova de Regularidade junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, devidamente válida;
- f) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, devidamente válida;
- g) Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

10.7. Com vistas a agilizar o procedimento, necessário se faz que a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) tragam consignadas o nº do processo que originou a contratação, o nº do contrato e dados bancários, com indicação do banco, agência e conta.

10.8. É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação do fornecimento.

10.9. A Contratante poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela Contratada em decorrência de inadimplemento deste Contrato.

10.10. É expressamente vedado ao licitante cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

10.11. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Administração do Município de Vitória em favor do FORNECEDOR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. DEVERES DO COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR e/ou CONTRATADO

11.1.1. Fornecer os materiais, estritamente de acordo com as especificações descritas neste Termo de Referência, bem como nos prazos e quantitativos estabelecidos pela unidade requisitante, responsabilizando-se pela substituição dos mesmos na hipótese de se constatar estarem em desacordo com as referidas especificações.

11.1.2. Entregar o(s) material(is) no prazo preestabelecido e de acordo com as especificações.

11.1.3. Comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE através da Coordenação de Compras (SEGES/GLC/CP), e/ou aos Fiscais/Gestores da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, por escrito, e antes da comunicação pela administração da necessidade do material, existência e/ou ocorrência de fato superveniente que prejudique e/ou impossibilitem o cumprimento das



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

responsabilidades assumidas.

11.1.4. Remover, às suas expensas, todo o material que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

11.1.5. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação.

11.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Município de Vitória.

11.1.7. Solicitar prorrogação de prazos de entrega justificando os motivos ensejadores do atraso indicando com clareza nova data para efetivação da entrega.

11.2. DEVERES DO ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE

11.2.1. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários à execução da Ata de Registro de Preços e/ou contrato;

11.2.2. Controlar os saldos das Atas de Registro de Preços por órgãos participantes.

11.2.3. Instruir e gerenciar as solicitações de adesão consultando o fornecedor quanto ao interesse.

11.2.4. Consultar o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR antes da emissão do respectivo Empenho e Autorização de Fornecimento (AF) quanto à disponibilidade dos produtos a serem adquiridos.

11.2.5. Autorizar a prorrogação de prazo de entrega de materiais após consulta ao órgão requisitante.

11.2.6. Proceder à abertura de processo com vistas à aplicação de penalidades quando a infração for relativa a descumprimento que afeta a toda a Ata de Registro de Preços.

11.2.7. Instruir e se manifestar nos processos de penalidade, quando solicitado pelo órgão competente quanto à conduta do Compromissário Fornecedor em relação à determinada Ata de SRP ou fornecimento sugerindo ainda a penalidade a ser aplicada após análise.

11.3. DEVERES DO GESTOR / FISCAL - ÓRGÃO REQUISITANTE

11.3.1. Providenciar a abertura de processo de aquisição ao verificar a necessidade, sempre com prévia antecedência à sua utilização, visando a não paralisação dos serviços.

11.3.2. Proceder consulta da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista do compromissário fornecedor.

11.3.3. Verificar a existência de recursos financeiros para custear a aquisição.

11.3.4. Providenciar as inspeções dos fornecimentos, com vistas ao cumprimento dos prazos pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR e/ou CONTRATADO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

- 11.3.5.** Atestar e receber os materiais efetivamente fornecidos de acordo com as cláusulas constantes da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato do qual este faz parte integrante.
- 11.3.6.** Efetuar os pagamentos devidos ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR e/ou CONTRATADO, na forma estabelecida na Ata de Registro de Preços e/ou Contrato.
- 11.3.7.** Autorizar a prorrogação de prazo de entrega de materiais quando solicitado pelo compromissário fornecedor e devidamente justificado.
- 11.3.8.** Notificar o fornecedor quando da verificação de ocorrências, erros, falhas, atrasos, concedendo prazo para correção das pendências.
- 11.3.9.** Proceder à abertura de processo solicitando a aplicação de penalidade e encaminhar à SEGES/SUB-ADM, quando a ocorrência referir-se ao fornecimento/contratação de sua Unidade Gestora / Secretaria requisitante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES INTERNOS E EXTERNOS

- 12.1.** Em atendimento a Lei Municipal 8.753/2014, alterada pela lei nº 9.148/2017 e desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e nas seguintes condições:
- 12.2.** Para os órgãos não participantes internos, a utilização da ata poderá ser feita por meio de remanejamento de saldo;
- 12.3.** Para os órgãos não participantes externos, a utilização da ata poderá ser feita por meio de adesão, observadas as regras estabelecidas no Decreto nº 16.379/2015, e alterações, se houver, e conforme as instruções elencadas nos itens subsequentes.
- 12.4.** Os órgãos externos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, devendo, para tanto, observar as condições previstas no Decreto Municipal nº 16.379/2015 e alterações, quando houver.
- 12.5.** Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 12.6.** As adesões a que se refere este artigo não poderão exceder ao **quintuplo** do quantitativo dos itens registrados na ata de registro de preços, independente da quantidade de órgãos aderentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

12.7. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este subitem não poderão exceder, na totalidade, a cem por cento do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12.8. As aquisições ou contratações adicionais ocorrerão apenas uma vez por órgão que não tenha participado do procedimento licitatório e não poderá ultrapassar os cem por cento previstos acima.

12.9. Após a autorização do órgão gerenciador e aceite por parte do compromissário fornecedor, as aquisições ou contratações adicionais para os órgãos não participantes deverão ser realizadas de forma imediata na sua integralidade.

12.10. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INCIDÊNCIAS FISCAIS

13.1. Os tributos que sejam devidos, em decorrência direta ou indireta da presente Ata de Registro de Preços, serão de exclusiva responsabilidade do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, assim definido nas Normas Tributárias.

13.2. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra de material, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

14.1. O licitante fica sujeito à penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Município de Vitória e será descredenciado do sistema de cadastramento de fornecedores da PMV pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei 10.520/2002 pelos seguintes motivos:

a) Não assinar a ata, injustificadamente (inexecução total): até 04 (quatro) anos, sendo que o prazo será definido com base no histórico da licitação (tempo decorrido da realização da disputa até sua convocação, influências do mercado nos valores, possibilidade de desistir da proposta antes da convocação, justificadamente, e outras agravantes ou atenuantes para dosimetria);

b) Deixar de entregar ou entregar em desconformidade, injustificadamente, após a convocação, documentação exigida para o certame (desistência de proposta): até 02 (dois) anos, sendo que o prazo será definido com base no histórico da licitação (tempo decorrido da realização da disputa até sua convocação, influências do mercado nos valores e outras agravantes ou atenuantes para dosimetria);



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

c) Apresentar documentação falsa: até 05 (cinco) anos, sendo que o prazo será definido dependendo da comprovação de que o licitante foi o responsável direto ou indireto pela apresentação; se tinha conhecimento da falsificação; se agiu com dolo ou culpa;

d) Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado): superior a 15 (quinze) dias até 30 (trinta) dias: até 01 (um) ano, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos;

e) Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado): superior a 30 (trinta) dias: até 02 (dois) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos.

14.2. Ao(s) Licitante(s) poderá(ão) ser aplicada(s) ainda a(s) seguinte(s) sanção(ões), além das responsabilidades por perdas e danos:

I. Multas – nos seguintes casos e percentuais:

a) Multa de Mora: Por atraso injustificado na entrega do item contemplado na Autorização de Fornecimento (AF) em até 10 (dez) dias: 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor total do produto entregue com atraso;

b) Multa de Mora: Por atraso injustificado na entrega do item contemplado na Autorização de Fornecimento (AF) superior a 10 (dez) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor do produto entregue com atraso;

c) Multa Compensatória: Por atraso injustificado na entrega do item contemplado na Autorização de Fornecimento (AF) superior a 20 (vinte) dias: 10% (dez por cento) sobre o valor do produto entregue com atraso, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho Total ou Parcial;

d) Multa Compensatória: Por recusa injustificada do adjudicatário em aceitar ou assinar a Ata de Registro de Preços, injustificadamente, uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata;

e) Multa Compensatória: Por entregar em desconformidade, injustificadamente, o objeto contemplado na Autorização de Fornecimento: 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela entregue em desconformidade e possibilidade de cancelamento da ata;

f) Multa Compensatória: Por recusa injustificada do adjudicatário em aceitar, receber ou retirar a Autorização de Fornecimento (AF) e/ou solicitar cancelamento da entrega antes da emissão da Autorização de Fornecimento, uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 10% (dez por cento) sobre o valor total da Autorização de Fornecimento (AF);

g) Multa Compensatória: Por inexecução total injustificada da Autorização de Fornecimento (AF), caracterizada pela verificação da não entrega do produto após 60 (sessenta) dias: 20% (vinte por

Handwritten signature and initials



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

cento), sobre o valor total da Autorização de Fornecimento (AF), com possibilidade de cancelamento da ata.

II. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, nos casos de:

- a) Fraude na execução da contratação;
- b) Comportamento de modo inidôneo ou cometimento de fraude fiscal.

14.3. As multas previstas no inciso I do item 14.2 poderão ser descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso, com a devida anuência do fornecedor.

14.4. As sanções previstas no item 14.1 e no inciso I do item 14.2 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do item 14.2, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

14.5. As sanções previstas no item 14.1 e no inciso I do item 14.2 são de competência da Subsecretaria de Gestão Administrativa da Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação, facultada a defesa prévia do Licitante, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

14.6. A sanção prevista no inciso II do item 14.2 é de competência do Secretário Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação, facultada a defesa do Licitante, no respectivo processo administrativo de penalidade, no prazo de 10 (dez) dias da notificação e abertura de vista.

14.7. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CANCELAMENTO

15.1. O compromissário fornecedor terá o registro de seu preço cancelado pela Administração nas seguintes hipóteses:

- a) Não cumprir as exigências da ata de registro de preços;
- b) Não assinar o contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Por inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente, decorrente do registro de preços;
- e) Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do Art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

15.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV, deste artigo, será formalizado por decisão da autoridade competente do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo dada a devida publicidade por meio do veículo de imprensa oficial do Município.

15.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

15.4. Por razão de interesse público;

15.5. A pedido do fornecedor, desde que ocorra antes da consulta de disponibilidade por parte da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, Comarca da Capital, Vitória/ES, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da presente Ata de Registro de Preços.

E, por assim estarem acordadas, declaram as partes aceitar todas as condições estabelecidas nas cláusulas da presente Ata de Registro de Preços, que, após lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vitória, 27 de maio de 2019.

MATEUS DE SÁ MUSSA

SECRETÁRIO DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO

P/ MUNICÍPIO DE VITÓRIA

P/ ÓRGÃO GERENCIADOR - SEGES

CRISTINA COSTA GANEN BERBET

PRESIDENTE DA COMISSÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SEGES

P/ ÓRGÃO GERENCIADOR – SEGES

IRISLAINE CESCONETTO

CESCOPEL ATACADO DISTRIBUIDOR LTDA EPP
COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR

Abertura das propostas: às 14:00h do dia 06/06/2019.
 Início da sessão de disputa: às 14:30h do dia 06/06/2019.
 Justificativa: Para ressurgimento dos Almoxarifados da Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação e da Secretaria de Educação.
 Informações no Tel.: (27) 3382-6037.

Vitória, 24 de maio de 2019.
 Patricia do Rosario Contadini
 Pregoeira Municipal

**SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E
 COMUNICAÇÃO
 AVISO DE LICITAÇÃO**

O Município de Vitória torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão, forma Eletrônica, tipo menor preço por lote. O edital estará disponível nos sites www.vitoria.es.gov.br/licitacoes e www.licitacoes-e.com.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 153/2019 - PROCESSO Nº 1878440/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO (HI-WALL) COM INSTALAÇÃO.

Início de entrega das propostas: dia 27/05/2019.

Abertura das propostas: às 12:30h do dia 06/06/2019.

Início da sessão de disputa: às 13:00h do dia 06/06/2019.

Justificativa: Faz-se necessário para proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores que atuam nos Centros de Referências de Assistência Social - CRAS e ao público usuário dos serviços.

Informações no Tel.: (27) 3382-6037.

Vitória, 24 de maio de 2019.
 Patricia do Rosario Contadini
 Pregoeira Municipal

**SECRETARIA DE SEGURANÇA URBANA
 PORTARIA N.º 87/2019**

O Secretário Municipal de Segurança Urbana, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 13, inciso II, parágrafo 2º da Lei nº6035/2003, **resolve**:

Art. 1º - Proceder à publicação de elogio como reconhecimento formal às qualidades morais e profissionais dos servidores da Guarda Civil Municipal de Vitória, ante a honrosa atuação dos Agentes Comunitários de Segurança que após acionamento do Cerco Eletrônico de Vitória, empreenderam esforços, com notório comprometimento e destemor, por apreenderem e recuperar o veículo sob suspeita de clonagem, bem como condutor/suspeito do ilícito penal, conforme registros do Boletim Unificado de n.º **38654030/2019**, bem, como procedendo à condução e entrega do produtos de crime à autoridade policial. Os nomes, a saber: **JULIATE** - mat. 52.128-8; **KRUGER** - mat.:58.031-4.

Art. 2º - Solicitar à SEGES que determine à Gerência de Recrutamento e Seleção de Registros - GRSR, para proceder o registro do elogio no prontuário dos servidores.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
 Vitória-ES, 16 de maio de 2019.

Fronzio Calheira Mota
 Secretário de Segurança Urbana de Vitória

**SECRETARIA DE SEGURANÇA URBANA
 PORTARIA N.º 88/2019**

O Secretário Municipal de Segurança Urbana, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 13, inciso II, parágrafo 2º da Lei nº6035/2003, **resolve**:

Art. 1º - Proceder à publicação de elogio como reconhecimento formal às qualidades morais e profissionais dos servidores da Guarda Civil Municipal de Vitória, ante a honrosa atuação dos Agentes Comunitários de Segurança que em patrulhamento preventivo na região da localidade "Curva da Jurema", constatou-se a **subtração de cabos de energia** em dois módulos públicos nas proximidades da Praça da Ciência, e empreenderam esforços, com notório comprometimento e destemor, por apreenderem os suspeitos do ilícito penal,

e recuperarem o material (cabos de energia) que haviam sido furtados bem como alguns artefatos utilizados na prática delituosa, consoante aos registros do Boletim Unificado de n.º **39345948/2019**, bem, como procedendo à condução e entrega dos suspeitos e produtos de crime à autoridade policial. Os nomes, a saber: **GRAMPINHA** - mat. 559571; **MORAIS** - mat. 610583; **CRYSLEI** mat.52 118; **DAVIDAVICIUS** - mat. 610497; **DIEGO** - mat. 610545; **HERDY** - mat. 610628.

Art. 2º - Solicitar à SEGES que determine à Gerência de Recrutamento e Seleção de Registros - GRSR, para proceder o registro do elogio no prontuário dos servidores.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
 Vitória-ES, 16 de maio de 2019.

Fronzio Calheira Mota
 Secretário de Segurança Urbana de Vitória

**SECRETARIA DE SEGURANÇA URBANA
 PORTARIA N.º 89/2019**

O Secretário Municipal de Segurança Urbana, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 13, inciso II, parágrafo 2º da Lei nº6035/2003, **resolve**:

Art. 1º - Proceder à publicação de elogio como reconhecimento formal às qualidades morais e profissionais dos servidores da Guarda Civil Municipal de Vitória, ante a honrosa atuação dos Agentes Comunitários de Segurança que em patrulhamento preventivo na região da Escadaria do Palácio Anchieta, Centro de Vitória, empreenderam esforços, com notório comprometimento por apreenderem suspeito de **furto de cabos de cobre**, provenientes de patrimônio público, conforme registros do Boletim Unificado de n.º **39403777/2019**, bem, como procedendo à condução e entrega do produtos de crime à autoridade policial. Os nomes, a saber: **ADEMILSON** - mat. 521151 - **JADERSON** - mat. 616351.

Art. 2º - Solicitar à SEGES que determine à Gerência de Recrutamento e Seleção de Registros - GRSR, para proceder o registro do elogio no prontuário dos servidores.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
 Vitória-ES, 16 de maio de 2019.

Fronzio Calheira Mota
 Secretário de Segurança Urbana de Vitória

**SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E
 COMUNICAÇÃO**

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 183/2019

Processo: 565104/2019 - Pregão Eletrônico nº: 93/2019

Validade do Registro: 12 (doze) meses a partir da publicação deste extrato no veículo de imprensa oficial.

Objeto: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de LÁPIS.

Órgão Gerenciador: SEGES

Órgão(s) Participante(s): SEME, FMAS, SEMAS, SEMFA, SETRAN

Compromissário Fornecedor		CNPJ		
CESCOPEL ATACADO DISTRIBUIDOR LTDA EPP		13.015.883/0001-55		
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT. R\$
1	LAPIS , Tipo: Grafite 2B, Cor da Grafite: Preto, Dureza da Grafite: 2B, Formato: Cilíndrico ou Sextavado, Diâmetro do Lapis [+/- 0,5mm]: 7 MM, Comprimento do Lapis [+/- 5mm]: 175 mm, Tinta e Verniz: Não Tóxicos (DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR VIDE ATA)	UN	506.500	0,24

**SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E
 COMUNICAÇÃO**

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 184/2019

Processo: 7462545/2018 - Pregão Eletrônico nº: 49/2019

Validade do Registro: 12 (doze) meses a partir da publicação deste extrato no veículo de imprensa oficial.

Objeto: Registro de Preços para futuras e eventuais contratações de empresa para serviço de sinalização das vias para realização